

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE IGARAPÉ-MIRI

COMISSÃO PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO DE CULTURA DE IGARAPÉ-MIRI

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA: CRIAR É PRECISO!

TEXTO BASE

Profº Antonio Marcos Q.Ferreira¹

O ano de 2009 foi especial para o município de Igarapé-Miri, já que foi o ano em que realizamos nossa I **Conferência Municipal de Cultura** (como etapa integrante da II CNC - Conferência Nacional de Cultura, convocada pelo MINC- Ministério da Cultura). Naquele momento discutimos inúmeras propostas fundamentais para o fortalecimento da cultura do nosso Município, assim como elegemos 18 (dezoito) Delegados(as) dos quais 11 (onze) garantiram a participação do Município na II Conferência Estadual de Cultura, sendo eles: Benedita dos Santos Miranda (Profª. Benoca - Secretária Municipal de Cultura), Lindalva Fonseca Costa, João Batista da Costa Pinheiro e Ângela Lopes Gonçalves, como representantes da esfera governamental; Antonio Marcos Quaresma Ferreira, Maria Antonia Nonato, Raimundo Moraes Franco e Silvio Antônio Pantoja Corrêa, como representantes da Sociedade Civil.

Na II Conferência Estadual de Cultura, realizada em dezembro do mesmo ano no HANGAR, Centro de Convenções da Amazônia, Belém-PA, os Delegados(as) do nosso Município, foram somados aos Delegados dos demais municípios paraenses, com a incumbência de eleger as Propostas Estaduais que seriam encaminhadas para II CNC, onde conseguiríamos (graças à articulação da nossa Delegação junto aos Delegados do Baixo Tocantins), eleger o Representante da Região para a Conferência Nacional, com a candidatura do Prof. Antonio Marcos Quaresma Ferreira, que se juntaria à Delegação Paraense que participou na Conferência Nacional.

Na II Conferência Nacional de Cultura (realizada em março de 2010, em Brasília, DF), foram tomadas diversas decisões importantes, as quais foram apresentadas nas 32 (trinta e duas) Propostas prioritárias (Ver anexo, o Relatório da Conferência), que orientarão as políticas culturais no (do) País, tanto no que diz respeito à aprovação de Leis em andamento como, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição Federal) núm. 150, que propõe a vinculação à cultura de 2% (dois por cento) da Receita Federal, 1,5% (um e meio por cento) das Receitas estaduais e 1% (um por cento) das Receitas municipais, assim como a criação de outras, conforme o anseio das propostas.

No que tange aos municípios percebeu-se, na maioria deles, a ausência de ferramentas essenciais para o desenvolvimento cultural, como por exemplo os Conselhos de Cultura. Valendo ressaltar que também nós estamos nesta condição de até agora não possuímos Conselho Municipal de Cultura e por isso temos dificuldades de avançar em determinadas áreas das políticas culturais. Nesse sentido, por entendermos que a importância dessa ferramenta para o bom funcionamento da cultura (ex: acesso a recursos, fiscalização e acompanhamento e democratização das discussões sobre a Cultura), estamos propondo e debatendo a criação do nosso desse instrumento a partir da

realização das Mini-Plenárias Regionais e uma Plenária Final, que deve culminar com a criação do Conselho Municipal de Cultura.

Nós, que compreendemos que a Cultura é a expressão da capacidade criativa de um povo, assim como expressão de identidades ligada à nossa história, comandada pela diversidade, pelo plural e diferenças étnicas e religiosas, que não devem ser razões de conflito e sim de enriquecimento para a Democracia. O Respeito às Diferenças, o reconhecimento de outros significados, relacionados às tradições e à multiplicidade de expressões culturais, artísticas e estéticas é o que nos permite diferentes interações que movimentam a Humanidade. Nossos eventos como: Festival do Açaí & Encontro das Cobras, Festival do Camarão, Semana dos Povos Indígenas, Feira da Cultura Ribeirinha, Carnaval Miriense, *Carnaval do Sujo*, na Vila Maiauatá... e outros, manifestam muito bem essa diversidade da Cultura Miriense.

Somos sabedores que a sociedade do século XXI evolui para a fase do saber e do conhecimento, mas ao mesmo tempo acaba construindo desigualdades sócio-culturais. O progresso é muito importante, e não podemos negar isso, mas é preciso que venha respeitando a História, os nossos significados, a nossa Memória, pois não podemos desumanizar os espaços. É necessário unir os avanços científicos, tecnológicos e a preservação, entre a produção e a geração de postos de trabalho, entre o desenvolvimento econômico e humano, entre equilíbrio ambiental, e comportamento e a qualidade de vida. Todas essas questões estão atreladas às questões culturais, portanto é necessário que as políticas culturais estejam atentas a todas as transformações da atualidade.

Nesse sentido cabe à Gestão Municipal, como centro da execução das políticas culturais, fortalecer a participação de todos(as) na construção das políticas culturais, democratizando suas ações e garantindo a manifestação da Diversidade da produção cultural, presente na nossa identidade.

Assim, a criação do Conselho Municipal de Cultura, "unindo" integrantes dos Movimentos Sociais, da Sociedade Civil Organizada e das Esferas de Governo, representará para nós uma conquista fundamental, visto que garantirá a participação de todos na construção do Projeto-Político Cultural para os "Caminhos de Canoa Pequena", que vincule suas estratégias às outras políticas públicas fundamentais para este Município, como Educação, desenvolvimento econômico, Turismo, Segurança e Meio Ambiente e assim por diante.

Igarapé-Miri, PA, Dezembro de 2010

¹Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Pará, Poeta, Professor de Filosofia na rede pública do Estado (SEDUC PA) em Igarapé-Miri. É atualmente diretor do Núcleo de Cultura e Educação Popular do INCAM (Instituto Caboclo da Amazônia). Foi delegado regional da II Conferência Nacional de Cultura, realizada em março 2010, em Brasília.

Igarapé-Miri, PA, Dezembro de 2010